

# JORNAL DO ENGENHEIRO

ANO I

Órgão Informativo do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Pernambuco

No. 01

## EDITORIAL

Este primeiro número do JORNAL DO ENGENHEIRO marca o início da reconstrução do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Pernambuco. Desde 26 de dezembro de 1983 a nossa Entidade tem nova Direção, eleita com 71% dos votos da categoria, que apoiou maciçamente a vontade política de mudar, expressa no programa da Chapa 2. A edição deste informativo faz parte do nosso compromisso de campanha e faremos todo o esforço para garantir um novo número a cada dois meses.

O JORNAL DO ENGENHEIRO será, dessa forma, o nosso veículo de comunicação direta com os engenheiros. Aqui terá prioridade a circulação de ideias, opiniões e informações que contribuam para o fortalecimento do movimento sindical da nossa e de outras categorias de trabalhadores, sempre em defesa dos nossos interesses e da grande maioria explorada do povo brasileiro.

É importante aproveitar a publicação deste primeiro número para reafirmar o nosso compromisso com a proposta de trabalho que nos trouxe à direção do SENGE. Queremos uma Entidade forte, democrática e solidária com o povo brasileiro na sua justa aspiração de cidadania. Temos clara consciência do grave momento que o País atravessa e isto só nos faz mais firmes e decididos na execução de um programa de trabalho que responda às exigências da conjuntura nacional, e aos reclamos dos engenheiros. Dos pontos do programa destacamos um, pela sua importância neste momento: lutamos por eleições diretas em todos os níveis e, para presidente da República, diretas já.

Iniciamos a reorganização do SENGE para executar com eficácia as diversas tarefas que a nossa proposta de trabalho exige. Dezenas de engenheiros estão participando da revitalização do Sindicato, através de Comissões de Trabalho que cobrem as diferentes áreas de interesse e de problemas da categoria. A participação dos engenheiros nessas comissões e nas nossas reuniões decisórias deverá constituir a base política que orientará a atuação do Sindicato nos próximos três anos.

VENHA DIRIGIR O SENGE COM A GENTE.

A DIRETORIA

# DIRETAS JÁ, É DIREITO

"Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido."

(Artigo 1º., parágrafo 1º. da Constituição da República Federativa do Brasil).

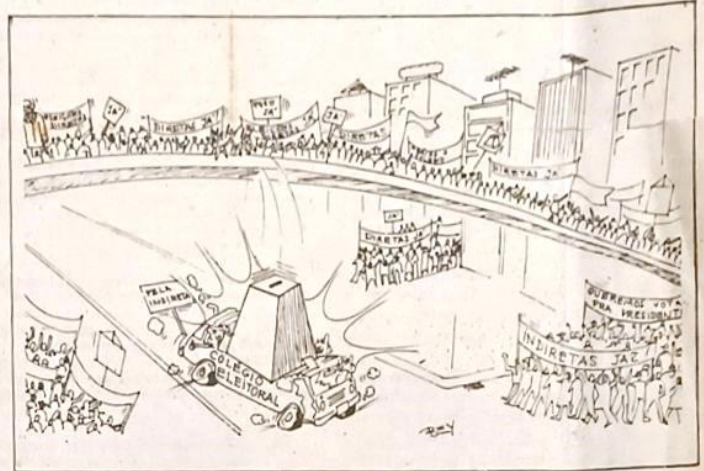
A rejeição da Emenda Dante de Oliveira pelo Congresso Nacional não significa uma derrota da Nação que, de forma unânime, manifestou-se nas ruas e nas praças pelas eleições diretas-já. Perdeu-se apenas uma oportunidade de criar, de imediato, as condições para iniciar um projeto político que coloque nas mãos do povo brasileiro o exercício pleno da soberania nacional.

A Nação sai retemperada e consciente de que a luta continua, em suas diversas formas, inclusive aumentando a legítima pressão sobre os congressistas para que estes não se curvem, mais uma vez, diante das autoritárias medidas do Governo.

Votar para Presidente, agora, não significa acabar com o desemprego, a violência, os baixos salários, a falta de moradia, a inflação, a fome, enfim, todas as injustiças sociais. Mas restaura, sobretudo, a credibilidade de que a Nação tanto necessita para encontrar a saída e superar o impasse institucional, econômico, político e social em que se encontra.

Como engenheiros percebemos claramente que a engenharia nacional vem sendo desmantelada de forma avassaladora, com uma recessão deliberada que inviabiliza a tecnologia nacional. A destruição da nossa força de trabalho, em todos os níveis de produção, já foi comparada com muita propriedade pela revista americana "EIR", com uma bomba de neutrons de tipo novo atirada sobre o Brasil.

FMI e Dívida Externa são alçados à condição de divindades diante das quais deve o País humilhar-se, ao sabor das ordens dos insensíveis tecnocratas de Brasília. E isso não podemos nem devemos jamais aceitar.



A formação do Comitê Pró-Diretas em Pernambuco, e as manifestações já realizadas contaram com a decisiva participação dos engenheiros, arquitetos, agrônomos e geólogos. O Sindicato dos Engenheiros, além da participação nesses eventos, promoveu, em fevereiro passado, uma votação simulada em sete empresas (três consultoras e mais a Chesf, Celpe, Sudene e Compesa), com a finalidade de identificar a preferência por eleição direta ou indireta à Presidência da República. Maciçamente, 98,5% dos 1.613 engenheiros e profissionais de outras categorias consultados responderam afirmativamente pelas Diretas-Já, dos quais 23,9% manifestaram não ter preferência por candidatos.

O resultado da pesquisa está perfeitamente sintonizado com o que se passa no País real, que se levantou em todos os recantos, em manifestações com 50, 100, 400 mil, 1 milhão no Rio de Janeiro, até culminar com cerca de 1 milhão e meio em São Paulo, expressando a exigência nacional de eleição Direta-Já.

O País está exaurido após 20 anos de abuso do poder, abdicação da soberania nacional, incompetência e

corrupção na gestão da coisa pública, cuja consequência mais dramática é o desemprego que está levando as populações urbanas à marginalidade e ao desespero. Por outro lado, milhões de nordestinos foram dizimados durante cinco anos de seca. É preciso mudar, porque viver é preciso.

Os engenheiros mantêm o seu compromisso de campanha, de construir um Sindicato democrático, forte e solidário com as lutas do povo brasileiro, que, a esta altura, já decretou a morte do ilegítimo Colégio Eleitoral, um dos últimos resquícios do autoritarismo que ainda persiste, inclusive sob a tutela de medidas de emergência de caráter militarista.

Vamos reforçar a grande corrente pelas Diretas-já, para mudar, porque "Diretas é Direito", como está sendo difundido pela Federação dos Sindicatos de Engenheiros.

Faça o que estiver ao seu alcance para contatar os parlamentares do seu círculo de relações para que prevaleça a vontade nacional, seja emendando-se a proposta do Governo, seja apresentando-se uma nova emenda que atenda aos interesses da Nação.

REPRESENTAÇÃO DO  
SENGE NO CREA

Pág. 02

UM NOVO  
SINDICATO

Pág. 03

DESEMPREGO  
GERA CRISE

Pág. 04

## CARGOS DE CONFIANÇA E ABUSO DE PODER

Uma economista do CONDEPE é afastada do seu cargo e obrigada a retornar à SUDENE; um engenheiro da CHESF, há cerca de 10 anos em cargo comissionado, perde esse cargo exatamente no dia seguinte à sua posse como presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Pernambuco; uma professora é exonerada do cargo de Diretora, que exercia há quase 10 anos, no Estado, sob a única alegação de atendimento a pressões de políticos insatisfeitos por não poderem transformar a Escola Polivalente Antônio Maria em reduto de política partidária.

Em nenhum desses casos foi apresentada qualquer justificativa criteriosa de ordem técnica ou funcional, para a medida adotada, a não ser a costumeira alegação de que se trata de cargos de confiança.

Os afastamentos de função da economista Tânia Bacellar, do engº Cláudio Pinto e da professora Vilma Guimarães, tem nuances diferentes, mas explícita ou implicitamente, há um ponto comum: o entendimento de que a "confiança" no trabalho de um técnico está sendo cada vez mais confundida com "confiança pessoal", ou "confiança político-partidária", que pode ser resumida na frase preferida pelos que tomam essas medidas autoritárias de que "confiança não se discute".

Claro, porque se nessas empresas houvesse um processo de mínima participação dos setores técnicos diretamente envolvidos na discussão desses critérios, ou se a comunidade escolar fosse ouvida, tais medidas não seriam tomadas, se respeitados os direitos dessas comunidades. No caso do presidente do Sindicato, a ligação direta com o desempenho de suas atividades sindicais denota um espírito contrário ao da própria CLT, que procura assegurar ao dirigente sindical as condições para a execução de suas tarefas, não devendo a empresa criar embaraços de qualquer tipo. Essa é a melhor interpretação de direito.

Nos outros dois casos citados, restamos a expectativa de que o governador do Estado, compatibilize o seu discurso de democrata que quer "governar com as comunidades" com os anseios dessas mesmas comunidades. Af, certamente, surgirão critérios aceitáveis e confiáveis por parte de todos.

## ANOTE PARA NÃO VOTAR NELES

Enquanto o deputado federal Pedro Colin (PDS-SC) convalescendo de uma cirurgia votou a favor da Emenda Dante de Oliveira, veja a atitude de certos parlamentares pernambucanos indignos dos mandatos que o povo lhes outorgou:

Votaram contra a Emenda:

— Antônio Farias, João Carlos de Carli, Nilson Gibson, Oswaldo Coelho e Ricardo Fiúza.

Ausentaram-se do plenário, colaborando para a rejeição da Emenda, os seguintes deputados:

— Gonzaga Vasconcelos, José Mendonça, José Moura, Josias Leite, Pedro Correa Neto e Thales Ramalho.

## REPRESENTAÇÃO JUNTO AO CREA

A lei 5.194/66, que regulamenta a profissão de engenheiro, arquiteto e agrônomo, estabelece que as entidades de classe tenham representação no CREA, de acordo com o número de associados. Desta forma, nós do SENGE-PE, temos o direito de indicar quatro representantes junto ao CREA-PE/FN.

Fixa ainda, a referida lei, que a escolha dos representantes seja feita na forma dos Estatutos de cada entidade. No nosso caso, o Estatuto do SENGE-PE estabelece, no seu artigo 42, que a escolha dos representantes seja feita em Assembleia Geral.

E não foi isso que fez a administração anterior do nosso Sindicato, sem realizar Assembleia Geral e, à revelia dos nossos associados, indicou pura e simplesmente quatro representantes. Como não podemos aceitar essa representação por considerá-la ilegítima, fizemos ver àqueles quatro indicados da irregularidade de suas escolhas, bem como informamos ao CREA. Como passo seguinte, convocamos uma Assembleia Geral para que esta, soberanamente, decidisse sobre a nossa representação, conforme determina a lei.

Para surpresa nossa, aqueles quatro colegas ingressaram na Justiça com um mandado de segurança com o objetivo de sustar a realização da Assembleia Geral. Como em casos dessa natureza a Justiça concede liminar até o julgamento final do mandado, a Assembleia Geral foi suspensa temporariamente.

Através dos nossos advogados, já prestamos as informações solicitadas pela justiça, enquanto aguardamos a decisão judicial para que tão logo seja levantado o impedimento legal, possamos reiniciar o processo de eleição dos representantes no CREA-PE/FN, legitimando, assim, os mandatos dos novos representantes que serão escolhidos pelo voto direto de uma Assembleia Geral.

A representação no Conselho é importante para a nossa categoria, porque cabe a ele a verificação e fiscalização do exercício da profissão.

Esta fiscalização cobre desde a observância do Salário Mínimo Profissional (artigo 82 da lei 5.194 de 24/12/66), até a verificação do interesse social e humano do produto da engenharia (artigo 1º da referida lei).

A profissão de engenheiro tem sofrido constantes modificações o que tem tornado a lei 5.194 obsoleta, principalmente na questão do assalariamento dos profissionais. O próprio Conselho Federal já reconhece este fato, tendo hoje em funcionamento uma comissão que trata da reformulação da citada lei.

Este fato reforça a importância da nossa participação no CREA, pois necessitamos levar o ponto de vista dos nossos associados para que as modificações a serem introduzidas na legislação correspondam aos interesses da grande maioria dos engenheiros.

Reconhecendo a justiça da nossa luta em legitimar a representação do Sindicato no CREA, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia já emitiu um parecer considerando "nulo de pleno direito", a indicação de representante sindical sem a realização de Assembleia Geral legalmente convocada para esta finalidade.

Portanto, fiquem certos os associados de que a luta pela legitimação da nossa representação já está ganha, faltando, apenas, o referendo da Justiça que acreditamos virá em breve.

## CAMPANHA DO PISÓ SALARIAL

Para corrigir as distorções salariais que se verificam em diversas áreas da Engenharia, principalmente em órgãos dos governos estadual e municipais, onde o piso de remuneração estabelecido por lei vem sendo freqüentemente descumprido, estaremos deflagrando a partir de maio, a Campanha do Salário Mínimo Profissional dos Engenheiros.

Esta campanha que é coordenada a nível nacional pela Federação Nacional dos Engenheiros, já foi iniciada em vários Estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, apresentando resultados positivos.

O SENGE-PE, para o êxito da campanha convoca os engenheiros para uma mobilização

geral em torno do assunto, participando das reuniões da nossa Comissão de Política Salarial, oferecendo subsídios e apresentando denúncias onde esta irregularidade vem ocorrendo para podermos agir com presteza e segurança.

Como é sabido, a Lei 4.950-A de 22 de abril de 1966, em combinação com o artigo 82 da Lei 5.194 de 24 de dezembro de 1966, dispõe que "os profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura, Química, Agronomia e Veterinária, através de cursos universitários com 4 anos ou mais de duração serão remunerados conforme a tabela abaixo, qualquer que seja a fonte pagadora".

JORNADA DE TRABALHO	REMUNERAÇÃO MÍNIMA
6 horas	6 x Salário Mínimo Regional (SMR)
7 horas	7,25 x SMR
8 horas	8,5 x SMR
Observação: o SMR até 30.04.84 é de Cr\$ 50.256,00	

Além do objetivo principal que é a obediência ao Salário Mínimo da categoria, a nossa campanha tem como meta a luta contra o arrocho salarial imposto aos trabalhadores pelo Governo. Uma outra preocupação é a de que os benefícios dessas leis sejam também estendidos aos profissionais da nossa área de nível superior regidos pelo regime estatutário.

Como é do conhecimento geral, os órgãos do Governo do Estado e das Prefeituras, irregularmente vêm pagando abaixo do Salário Mínimo Profissional da Categoria, ou seja, para

uma jornada de trabalho de 8 horas a remuneração máxima é de Cr\$ 266.885,00, quando a lei determina uma remuneração de Cr\$ 427.176,00.

Para que essa distorção seja corrigida, na campanha pela obediência do Salário Mínimo Profissional, é nossa intenção convidar o governador do Estado e o prefeito do Recife, para debaterem conosco na convicção de que vamos ter êxito no nosso objetivo, sobretudo quando se sabe que o governador Roberto Magalhães tem se manifestado em entrevistas aos jornais ser contrário à política de arrocho salarial.

## AUTARQUIZAÇÃO E ARROCHO SALARIAL

O Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura da Cidade do Recife reajustaram as suas folhas de pagamento em 45% e 30%, respectivamente, correspondendo à correção de salários para o período de maio de 83 a janeiro de 84. Neste mesmo período, o INPC (expurgado desde junho de 83) variou 106%, demonstrando uma perda do poder aquisitivo dos salários recém-ajustados de, no mínimo, 30% no caso do Estado e 37% no caso do Recife, isso sem considerar a perda acumulada nos últimos anos. Em ambos os casos, os Governantes prometem o reajuste semestral a partir de agora, mas não se comprometem com o Decreto-Lei 2065, que associa as correções salariais ao INPC. Mesmo no caso da Prefeitura do Recife, que deverá dar novo reajuste em maio, fixado em 35%, a situação de achatamento salarial permanecerá, considerando que uma variação do INPC em torno de 10% nesses três meses corroerá totalmente o acréscimo aprovado. E isso também vem acontecendo nas Prefeituras do Interior.

O Governo alega incapacidade financeira para seguir os percentuais de correção do INPC. Mas, constata-se que, mesmo no caso do Estado, a participação dos gastos com pessoal na receita total caiu de 2/3 em 1970 para 1/3 em 1982. Tenta-se, na verdade, viabilizar uma política de investimentos que se diz de cunho social comprimindo salários, o que é um contra-senso. A compreensão direta de salários, o Governo do Estado acrescenta uma ameaça, prometendo autarquizar instituições públicas ao seu único e exclusivo critério. Isto significa que algumas instituições, que hoje acompanham pelo menos o reajuste semestral, segundo o INPC, não mais o farão. Sabe-se, até, que algumas delas já estão pagando abaixo dos índices, mesmo sem autarquização. Diante desses fatos, o SENGE-PE e mais 17 entidades que representam profissionais empregados nos Governos estadual e municipal vêm realizando assembleias e reuniões, convocando as respectivas categorias para discutir a questão. O SENGE-PE convoca os colegas da Capital e do Interior envolvidos com o problema para contactar o Sindicato e chama atenção para a resistência, a curto prazo, à autarquização e ao desrespeito ao salário mínimo profissional do engenheiro.

## EXPEDIENTE

JORNAL DO ENGENHEIRO  
Órgão do Sindicato dos Engenheiros  
no Estado de Pernambuco  
Rua Afonso Pena, 149 - Boa Vista - Fones:  
222.2902 - 231.0821

### DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Cláudio Pinto  
Secretário: Cláudio Marinho  
Tesoureiro: Jurandir Liberal  
Suplente: Rômulo Rangel  
Suplente: Eduardo Ramos  
Suplente: Severino Moraes

### CONSELHO FISCAL

Conselheiro: Jaime Gusmão  
Conselheiro: Newton Monteiro  
Conselheiro: Cláudio Dubeux  
Suplente: Izaldas Andrade  
Suplente: Sales Zaicaner  
Suplente: Geraldo Miranda

### REPRESENTAÇÃO NA FEDERAÇÃO

Delegado: Carlos Aguiar  
Delegado: Zoroastro Maia  
Suplente: Lúcio Monteiro  
Suplente: Arlindo Teles

Jornalista Responsável: Romildo Porto  
Ilustrações: Bey Ayres  
Diagramação: Nivaldo Lemos  
Composição: M. Magalhães Composições Gráficas.  
Impressão: Gráfica e Editora do NE Ltda.

# Um novo sindicato

Não se constrói uma entidade forte e democrática sobre o mesmo arcabouço de um sindicalismo de gabinete. É preciso revirar as peças do peleguismo burocrático e montar a estrutura de um novo Sindicato.

Esta é a tarefa assumida por mais de 50 engenheiros que participam da gestão do novo SENGE-PE, sejam diretores ou não. Como primeiro esforço de abertura do Sindicato à categoria, já está dando bons resultados uma experiência de gestão sindical baseada em três elementos fundamentais: as reuniões decisórias, os plantões diários e as comissões de trabalho.

## AS REUNIÕES

### • Assembléia Geral

É a instância de decisão mais elevada da nossa Entidade. Será convocada ordinária ou extraordinariamente pelo Presidente, quando legalmente exigida ou politicamente necessária.

### • Reunião Geral

É a instância de decisão imediatamente abaixo da Assembléia Geral. Podem e devem participar desta reunião todos os companheiros que desejarem dar a sua contribuição na condução do nosso Sindicato. São reuniões quinzenais, sempre nas quintas-feiras, às 18.30 horas, e nelas todos têm direito a voz e voto. Ai se discutem e são decididas as políticas a serem adotadas pelo Sindicato.

### • Reunião de Diretoria

Desta reunião — que também é aberta a todos — participam os membros da chapa eleita para decisão de assuntos político-administrativos. Nela são decididas e formalizadas em ata, questões como a admissão de novos sócios e outras — além de serem encaminhadas as decisões políticas da reunião geral e assembléia. Realiza-se nas quintas-feiras alternando com as reuniões gerais.

### • Reunião da Executiva

A Executiva é o conjunto dos três diretores formalmente constituídos: o Presidente, o Secretário e o Tesoureiro. Reúne-se semanalmente, tratando de assuntos administrativos e toma decisões mais urgentes para executar o programa de trabalho detalhado pelas reuniões plenárias.

### • Os Plantões

Para apoiar a Executiva na administração do Sindicato e no encaminhamento das decisões das reuniões, foram estabelecidos plantões diários de membros da Diretoria ampliada, que trabalham em turnos de 4 horas. Cada dia da semana dois Diretores estão de plantão, um à tarde, outro pela manhã, exceto nas quartas-feiras, quando o Presidente está o dia todo no Sindicato.

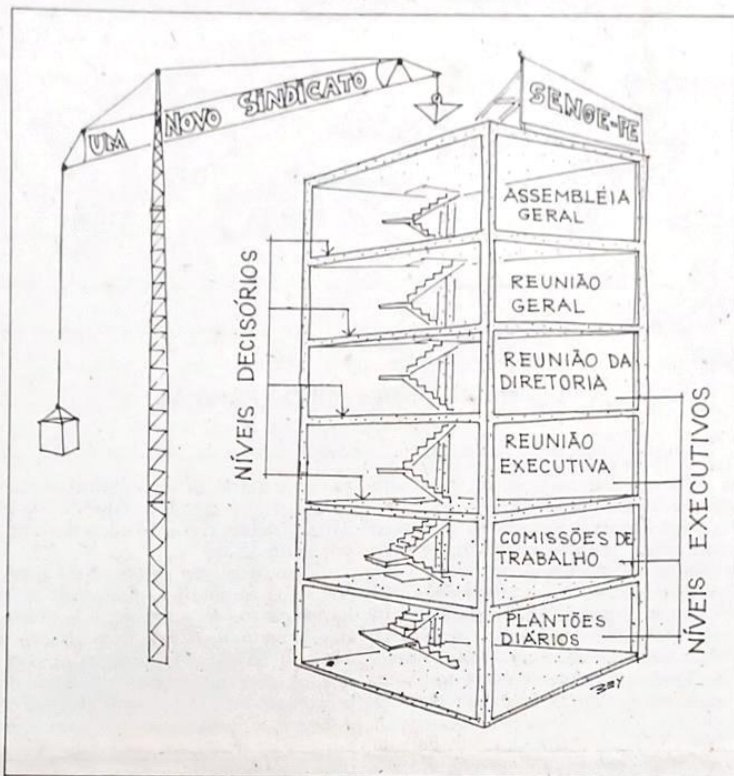
## AS COMISSÕES

Para cumprir o amplo programa de trabalho assumido na campanha eleitoral, é óbvio que uma rígida estrutura organizacional centralizada na Diretoria, além de antidemocrática, não poderá dar conta de todas as tarefas. Partimos, então, para descentralizar as atividades do Sindicato, criando comissões de trabalho que atuam em áreas específicas do programa de ação, aumentando a eficácia no tratamento das questões de interesse da categoria.

Nestas comissões são traçadas as políticas para a nossa Entidade, na forma de propostas

que devem ser referendadas pelas reuniões gerais. Além disso, nelas são formados representantes do Sindicato com conhecimentos mais especializados, o que os torna mais aptos para executar o nosso programa de trabalho.

Participar dessas comissões (ou propor a formação de outras) é a melhor forma de o companheiro se engajar efetivamente no trabalho do Sindicato. Leia o que pretendemos com cada uma delas, escolha a sua, telefone para saber os dias de reunião e junte-se a nós na reconstrução do novo Sindicato dos Engenheiros.



### • MERCADO DE TRABALHO, TECNOLOGIA E ENSINO

Esta comissão tem por objetivo fazer uma avaliação dos diversos setores da economia no Estado de Pernambuco. Com isso, visamos traçar o perfil do mercado de trabalho para o engenheiro; estudar o papel e o grau de dependência da tecnologia utilizada e analisar a relação entre o ensino acadêmico, a qualificação junto ao mercado de trabalho e a tecnologia. Assim, pretendemos ouvir depoimentos de profissionais envolvidos nos mais diversos setores, bem como fazer pesquisas e compilação de dados disponíveis.

### • ESTATAIS

Assiste-se, hoje, de maneira passiva, um ataque intenso às empresas estatais, responsabilizando-as pelo atual quadro recessivo. Os seus funcionários são acusados de gozarem mordomias, em campanha similar à que foi feita há anos atrás, sem êxito, tachando essas empresas ineficientes. Entendemos que as estatais, quando bem administradas, são parte viva do desenvolvimento econômico e social, representando a segurança e soberania nacionais. Esta comissão de trabalho encampa as lutas em defesa das es-

tais, objetivando promover um amplo debate, bem como esclarecer a nossa categoria e a população em geral sobre a importância dessas empresas.

### • LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

A discussão para modificar a lei 5.194/66 que regulamenta a profissão do engenheiro, está aberta em todo o País. Esta comissão objetiva fornecer subsídios e propostas para as mudanças que se pretendam introduzir no sistema CONFEA/CREA's. A atual legislação é muito entradeira na ação individual do engenheiro, pouco questionando a sua função social e o destino final da produção de engenharia no País. Procura-se mudar a visão do papel deste sistema, propondo-se uma maior participação junto à comunidade. Entre outros pontos de reformulação, pretende-se eleições diretas para o CREA e na escolha dos representantes dos Sindicatos neste Conselho.

### • ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Ativar o movimento sindical internamente à nossa categoria, articulando-o às atividades sindicais de outras categorias; mobilizar os pro-

fissionais de engenharia para a discussão dos nossos problemas e reivindicações; avaliar a atual estrutura de organização sindical, visando a adequá-la à realidade da categoria e da Nação. E ainda, desenvolver uma campanha de sindicalização permanente e mobilizar os engenheiros para que se organizem por local de trabalho. Estes são os objetivos de política sindical desta comissão. Que se complementam pela atuação em defesa de eleições diretas para Presidente da República já pela revogação da atual Lei de Segurança Nacional e por uma Central Única de Trabalhadores.

### • POLÍTICA SALARIAL

A luta por salários justos com ênfase no respeito ao salário-mínimo da categoria, é o objetivo maior desta comissão. Para isso, pretende-mos lutar pela participação do Sindicato nos dissídios coletivos da categoria e na elaboração de planos de cargos e salários nas empresas para que se ajustem às nossas necessidades. Estão programadas reuniões por grupos homogêneos de empresas, visando discutir um plano de trabalho para uma atuação mais eficaz do SENGE nas questões salariais.

### • COMUNICAÇÃO

Nesta comissão de trabalho são tratados os assuntos culturais e a comunicação de mensagens e idéias que devem circular para ativar a vida sindical. Além de apoiar as outras comissões, este grupo de trabalho deverá promover eventos culturais, estando encarregado primordialmente da edição deste jornal, que deverá cobrir as áreas de interesse da nossa categoria no movimento sindical.

### • ADMINISTRAÇÃO,

### ASSISTÊNCIA E FINANÇAS

Esta comissão tem como objetivo fundamental oferecer o suporte necessário para o bom desempenho do Sindicato, não só assistencial (jurídica e médica/odontológica), mas, também, reduzir o peso da burocracia sindical sobre as atividades-fim da nova Entidade que estamos reconstruindo. Pretende-se, de imediato, as seguintes ações: com relação aos bens patrimoniais já estamos regularizando o preenchimento do Livro de Inventário daqueles bens abertos pela Diretoria anterior, apenas 11 dias antes do término do seu mandato. Acrescenta-se a este fato a não aprovação do relatório de tombamento dos bens do Sindicato, apresentado pela Diretoria passada, em Assembléia Geral de 23.12.83 e rejeitado por não conter os documentos comprobatórios de aquisição dos mesmos, impedindo, assim, o controle comparativo do patrimônio. A nossa intenção é implantar um controle efetivo e dinâmico sobre todos os bens patrimoniais, visando à sua preservação e boa utilização.

No tocante à parte de assistência e convênio, estão sendo levantados todos os problemas, objetivando um atendimento mais eficiente da categoria. O SENGE-PE dispõe de gabinete odontológico e presta serviço gratuito, durante o dia, aos associados e seus dependentes e, inclusive, aos engenheiros associados à MÚTUA de Assistência dos Profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Serviços especiais, tais como, tratamento de canal, são oferecidos à baixo custo através de contrato entre o Sindicato e um odontólogo que atende à noite. Mantemos, ainda, convênios com médicos de diversas especialidades e com laboratórios de análises clínicas, além de convênio especial com a Intercênica Santa Maria. Todos oferecem descontos aos nossos associados. A assistência jurídica é prestada gratuitamente por dois advogados e já foi estabelecido um esquema de plantões para um bom atendimento dos sócios do Sindicato. Todos esses serviços estão sendo reavaliados visando um melhor serviço para a categoria.

**CRISE GERA  
DESEMPREGO**

A crise econômica que invade o País não poupa nenhum trabalhador, muito menos os engenheiros que têm participação ativa no aparelho produtivo: já se estimava em 45.000 o número de engenheiros desempregados em todo o Brasil (dados de 1983). Embora não existam informações precisas, estima-se que em Pernambuco este número não deverá ser inferior a 1.500. Este é um problema que preocupa o nosso Sindicato, e já estamos procurando enfrentá-lo, mesmo sabendo que podemos fazer muito pouco, dadas as razões econômicas claramente ligadas à política de recessão suicida adotada pelo Governo brasileiro.

O SENGE, através da Comissão de Mercado de Trabalho, Tecnologia e Ensino, convocou debate no dia 21 de março sobre o problema com os desempregados da categoria. Mais de 35 colegas sem emprego compareceram e houve intensa e produtiva troca de idéias sobre a questão. Os engenheiros presentes decidiram se incorporar aos trabalhos da comissão e hoje já formam, dentro do Sindicato, grupos de trabalho que discutem as possibilidades de uma Bolsa de Emprego no SENGE, além de formas alternativas de trabalho para o engenheiro e fazem uma análise e reflexão mais ampla sobre a questão. O Sindicato convida os colegas desempregados, ou não, para participar das discussões desses grupos.

**ENGENHEIRO:  
LUTE E CONHEÇA  
SEUS DIREITOS  
—SINDICALIZE-SE—**

**CORRESPONDÊNCIA**

**SINDICAL**

- Do SENGE ao Governador do Estado:  
"Registramos nosso veemente protesto contra achatamento salarial consequência reajuste irrisório funcionalismo. Traduzimos também sentimento categoria reiterando enérgico repúdio ameaça autarquia entidades administração indireta."
- Do Governador ao SENGE: sem resposta
- Do SENGE ao Prefeito do Recife:  
"Traduzindo sentimento categoria registramos nosso veemente protesto contra achatamento salarial consequência reajuste irrisório funcionalismo."
- Do Prefeito ao SENGE:



**PL: UMA VITÓRIA AINDA PARCIAL**

Os engenheiros e outros trabalhadores da CHESF estão fazendo uma intensa mobilização para garantir os proventos da participação nos lucros da Companhia, direito adquirido ao longo de muitos anos e agora ameaçados pelo Governo Federal. O SENGE-PE deu total apoio à mobilização, convocando duas assembleias muito concorridas e participando do desdobramento da luta juntamente com o Sindicato majoritário dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas (STIU). Além disso, os dois sindicatos trabalham em perfeita articula-

ção com outras entidades afins de todo o País, numa grande campanha nacional em defesa dos proventos legítimos dos eletricitários.

Como resultado imediato do movimento, já se obteve a vitória parcial da incorporação dos proventos aos salários a partir de 1984. Com relação a 1983, o SENGE-PE incentiva os engenheiros para que continuem passando procuração ao STIU, com o objetivo de assegurar o pagamento dos proventos deste ano, tendo em vista a habitualidade incontestável.

**DEMISSÃO DE  
ENGENHEIROS**

A perseguição política continua a fazer suas vítimas em fins de 1982, a Chesf demitiu 11 trabalhadores, entre eles cinco engenheiros que participaram da campanha salarial dos eletricitários. Pela experiência e capacidade técnica daqueles engenheiros, eles foram convidados e aceitaram trabalhar em uma empresa do Sul, prestadora de serviços à Itaipu binacional.

Em outubro do ano passado, os órgãos de segurança ao detectarem a presença daqueles engenheiros trabalhando na empresa sulista, determinaram as suas demissões. Dos cinco engenheiros, um já havia retornado ao Recife por iniciativa própria, dois foram demitidos de imediato e os dois restantes em março último.

Diante deste fato, organizou-se um movimento de apoio e solidariedade aos colegas demitidos, com a participação de várias entidades, entre elas do SENGE-PE, que elaboraram uma moção. Estranhamente, o CREA, por nove votos contra sete, negou-se a assinar aquele documento.

Registramos o ocorrido lamentando que um órgão de classe negue solidariedade, sobretudo quando revestida de aspectos humanos, aos colegas José Ailton, Ney Guilherme e Maria Pompéia, que estão distantes, amargando o desemprego e a perseguição política.

**SENGE - PERNAMBUCO  
NA FEDERAÇÃO**

O Sindicato dos Engenheiros de Pernambuco está agora participando mais ativamente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). Além dos companheiros eleitos para representar o SENGE-PE na nossa Entidade de nível nacional, passamos a fazer parte de cinco comissões de trabalho criadas pela FNE para descentralizar as suas atividades. Tivemos o cuidado de escolher na Federação comissões similares aquelas que o nosso Sindicato criou e adotamos o critério de participação na FNE de membros das comissões do SENGE-PE, visando reforçar a proposta de descentralização.

**DIA DO PROTESTO  
DA ENGENHARIA**

No dia 27 de março passado, o SENGE-PE participou do Dia Nacional do Protesto da Engenharia, Arquitetura e Agronomia Brasileiras junto com outras entidades de Pernambuco, que se associaram na promoção de atividades para marcar a data. Este é um movimento iniciado pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e objetiva a defesa da tecnologia brasileira e a retomada de um desenvolvimento nacional voltado para a maioria da população.

No Recife, foram realizadas manifestações na Câmara Municipal e debates na sede da Federação de Indústrias do Estado de Pernambuco. A tônica nesses acontecimentos foi a demonstração da urgência de mudar a política econômica recessiva do Governo, ficando claro que isso só ocorrerá a partir de mudanças no quadro político da Nação, com eleições diretas para Presidente da República.

"Reconhecendo aumento concedido funcionalismo não atingiu nível desejado, informo V.Sa. que referido reajuste constituiu máximo esforço. Administração face realidade financeira município Recife. Permaneço disposição fornecer elementos comprovem esta assertiva."

(Alô Sr. Prefeito: já enviamos ofício solicitando as informações colocadas à disposição e estamos aguardando resposta.)

- Do SENGE ao deputado Alcides Franciscato (o "engenheiro que não sabe se expressar"):  
"Repelimos declaração V. Excia. transferindo limitações pessoais condição de engenheiro. Categoria e entidades representativas expressam forma contundente, clara e precisa, exigência povo brasileiro eleições diretas-já presidente da República."